

A NORMALIZAÇÃO DO ANORMAL¹

José Luis Terrón Blanco²

Tradução: Paulo Hebmüller



O tempo demonstrou a tendência de se procurar na tecnologia as soluções para a docência (incluindo a pesquisa), aproveitando-se ao mesmo tempo para se propor outro “modelo” de universidade. Mas as brechas tecnológicas foram postas em evidência, e elas não são sanadas unicamente com distribuição de equipamentos (outra forma de solucionismo tecnológico). Se a Covid-19 deixou alguma coisa patente, foram as grandes desigualdades sociais — por exemplo, de gênero ou de classe. Paralelamente, estes meses implicaram um aumento da atividade laboral (totalmente desregulada), até provocar entre os docentes estresse e ansiedade

Considero, em primeiro lugar, que devemos levar em conta que somos Pessoal Docente e Pesquisador (PDI, na sigla em espanhol). Por razões óbvias (número de pessoas afetadas, repercussões nas famílias e nos próprios estudantes etc.), a ênfase está sendo colocada no aspecto docente, mas não deveríamos esquecer as repercussões que pode haver na pesquisa. A elas me referirei mais adiante.

Em segundo lugar, é preciso levar em conta que o confinamento não tem as mesmas consequências nos diferentes campos da ciência e que dentro do mesmo campo os efeitos não são iguais.

Na docência, por exemplo, depende-se da atividade experimental da disciplina e do suporte tecnológico necessário. No meu caso, as ciências da comunicação, e mais diretamente o jornalismo, não são a mesma coisa uma disciplina na qual o trabalho se realiza num estúdio e outra que pode ser tocada com um computador e uma série de programas.

O mesmo ocorre com a pesquisa, ainda que no mesmo campo. E, nas ciências sociais, estamos vendo que as metodologias e técnicas qualitativas são as que começam a se ressentir. Se nas universidades já existem uma preponderância e um melhor conceito dos estudos quantitativos, assistiremos a uma diminuição palpável dos minguados estudos qualitativos se a atual situação se prolongar.

No caso da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB — que, recorde-se, tem uma forte autonomia político-administrativa e está situada na Catalunha), o primeiro aviso que recebemos, no dia 11/3, veio da *Generalidad* da Catalunha [sistema que reúne o presidente, o parlamento, o governo e outras instituições da região autônoma], e comunicava que todos os eventos massivos estavam suspensos. Curiosamente, isso ocorreu às vésperas da festa da faculdade, que foi cancelada. Pelos corredores comentávamos que não dava para entender: suspende-se uma festa ao ar livre, mas são permitidas aulas em salas abarrotadas e sem ventilação, dado o inverno.

Mas já então havia rumores de que as aulas seriam interrompidas no dia 16/3 em todas as instituições de ensino, em princípio por 15 dias, embora já se falasse também em estender esse período por mais uma semana e chegar assim até a Páscoa, proporcionando outra semana. Ou seja, fechar as instituições durante um mês, embora correspondendo, administrativamente, a três semanas.

Mas os fatos se precipitaram. Na quinta-feira seguinte chegou a ordem de que as instituições de ensino, universidades incluídas, interromperiam as suas aulas na sexta-feira 13.

“O volume de trabalho disparou. Ao mesmo tempo em que reconfiguramos as aulas, temos que interagir com os alunos. No meu caso, com cerca de 200 alunos de graduação e pós-graduação, isso é bastante difícil — e pressupõe abandonar tarefas como a pesquisa ou a redação de papers”

Vamos nos deter nesse extremo: no nosso caso, a Reitoria comunicou que se interrompia a docência presencial, mas que a universidade seguia aberta. Fazia-se, isso sim, um túbio chamado ao trabalho a distância — mas as instalações universitárias não estariam fechadas para professores, pesquisadores e pessoal administrativo.

Felizmente, o Estado de Alarme [decretado pelo governo espanhol em 13/3] fez com que, em apenas 24 horas, essa decisão mudasse substancialmente e chegássemos à situação que vivemos hoje: universidade fechada. O que não quer dizer paralisada.

Como é esse fechamento atual? Apenas serviços essenciais são realizados presencialmente (alguns serviços de informática e manutenção das fazendas do curso de Ve-

terinária, por exemplo), e o acesso a alguns laboratórios e outras instalações de pesquisa é feito com o mínimo pessoal necessário. Para poder entrar na universidade é necessário obter uma permissão especial justificando-se força maior.

Os efeitos na docência? Muitos. De um dia para o outro oferecer a nossos 30 mil alunos, em vez de aulas presenciais, aulas *online*.

Como? Improvisando. Improvisando modificações no plano do curso e na forma de levá-lo a cabo.

Recebemos ajuda para essa transição? Foi disponibilizada uma lista de ferramentas, e agora também há suporte de técnicos de informática para tirar dúvidas sobre o seu uso.

E nada mais.

Para as autoridades, a questão é que a docência siga com a máxima normalidade possível. O que entendem por normalidade?

De fato, podemos levar por algumas semanas uma situação como a que vivemos agora, mas nem os planos de aula e de estudo nem a nossa capacidade docente nem o uso adequado das ferramentas tecnológicas (não basta apenas que estejam disponíveis) nem a resposta dos estudantes etc., etc. aguentarão esse trânsito do presencial para o não presencial sem efeitos negativos ou perniciosos.

Porque já se fala na universidade em não retomar a docência presencial neste semestre e que alguns serviços seriam reabertos (sabe-se lá com quais restrições).

De fato a administração (ou as administrações) tem a tendência a normalizar o anormal, como se não estivesse acontecendo nada. Qual seria a normalidade no nosso caso? Que os alunos sejam avaliados e que o “fracasso escolar” seja semelhante ao dos anos e semestres anteriores. Se essa situação se prolongar, o que isso significa na prática? Aprovar rebaixando as exigências.

Outro aspecto a levar em conta é que os docentes, por meio do *Campus Virtual* da UAB, *complementavam* (e essa é a palavra-chave) a docência presencial com ações não presenciais.

Muito do trabalho da docência não presencial passou a ser veiculado por meio do *Campus Virtual*, o que acarretou aumento exponencial do tráfego de dados e, nos primeiros dias, quedas frequentes do sistema, que não suportava esse crescimento. Enquanto isso acontecia, éramos informados pontualmente do que estava acontecendo e que se buscavam soluções para que as redes da universidade suportassem o maior tráfego de dados.

Agora o problema parece resolvido — por que “parece”? Porque, nesses primeiros dias, muitos professores e alunos ainda não estão fazendo um uso intenso do *Campus Virtual*. Se a situação se mantiver como está, é razoável pensar que o tráfego de dados continuará crescendo, o que levará a universidade a investir financeiramente em tentar dar resposta a esses fluxos crescentes. Devo confessar que estou seguro de que ela o fará até o limite do possível.

Voltemos à docência. Usar de forma complementar o *Campus Virtual* não converte automaticamente os docentes que o faziam em professores de ensino não presencial. Não o somos — e não estamos preparados para isso.

Como contrabalançar esse quadro? Improvisando; com voluntarismo; compartilhando experiências com nossos colegas — sempre há os mais familiarizados com esses sistemas; errando...

O certo é que, neste momento, o volume de trabalho disparou e somos incapazes, se quisermos praticar uma docência com mínima qualidade, de chegar a tudo, ou a todos, ao mesmo tempo.

Ao mesmo tempo em que reconfiguramos as aulas e nos organizamos com os colegas, temos que interagir com nossos alunos, pedir-lhes que façam seus trabalhos e deem continuidade aos processos. No meu caso, com cerca de duzentos alunos de graduação e pós-graduação, incluindo doutorado, é fácil compreender que isso é bastante difícil — e pressupõe abandonar no momento outras tarefas, como a pesquisa ou a redação de *papers*.

Mas é sempre assim? Da mesma forma como alguns alunos “se desligaram” da docência, há professores que também o fizeram e estão preferindo aproveitar esses dias, por exemplo, para avançar nos seus *papers*. Porque a vida segue, e essa produtividade dos *papers* é o que lhes permitirá continuar ou progredir no sistema universitário. Não esqueçamos, e esse dado é muito importante, o alto grau de precariedade do qual sofrem muitos dos professores e pesquisadores da Espanha.

Evidentemente, há muitas coisas para resolver e, a permanecer a situação nos moldes atuais, teremos que lhes dar resposta. Um exemplo? As provas. Qual a sensação que temos? Que nossas autoridades nos transferirão a responsabilidade por solucionar esse e outros problemas.

E, se me permitem, adicionarei uma série de considerações, ainda que brevemente, porque estamos na universidade, mas também no mundo.

Creio que no momento o trabalho administrativo está sendo resolvido de forma apropriada. Porém, quais são as condições de trabalho do pessoal administrativo e dos professores em suas casas? São locais preparados para desenvolver o trabalho a distância? Contam com suporte tecnológico suficiente? Como são compartilhadas as ferramentas disponíveis e a largura de banda nas casas com vários indivíduos, adultos e crianças ou jovens? Como são regidas as relações trabalhistas? Etc., etc.

A questão se assenta na manutenção da produtividade, da forma que for, sem que se considerem as condições laborais. Atualmente, frente a todas essas demandas, as administrações desviam o olhar, esperando que a situação vá se normalizando, pelo menos em parte.

Ao mesmo tempo, é preciso levar em conta os estudantes. Nossa maior dificuldade nestes momentos, para além da adaptação às aulas não presenciais, é dupla: de uma parte, quantificar, medir e avaliar adequadamente o que pedimos ao aluno, e como o fazemos. De outra, conforme já citado, como levar a cabo a docência para que eles não se sintam perdidos e nem deixem de nos dar atenção.

“Podemos perder os estudantes por nossa inexperiência como professores de ensino não presencial, mas eles também não escolheram ser alunos a distância, razão pela qual, em muitos casos, precisam mudar de atitude e alcançar uma disciplina interna que talvez lhes falte”

Nesse extremo, como eles mesmos confessam, temos problemas evidentes. Podemos perdê-los por nossa inexperiência como professores de ensino não presencial, mas eles também não escolheram ser alunos a distância, razão pela qual, em muitos casos, precisam mudar de atitude e alcançar uma disciplina interna que talvez lhes falte.

Temos também uma situação da qual ainda se fala só nos bastidores. Quantos alunos gostariam de acompanhar as aulas mas não têm condições de fazê-lo? Deveríamos levar em conta as condicionantes sociais ou tecnológicas que esse salto brusco do presencial ao digital não considerou.

Um exemplo: ainda na semana passada fazia uma tutoria com uma aluna que realiza seu trabalho de conclusão de curso. Decidimos conversar por Skype, mas na sua pequena cidade a largura de banda não é suficiente e, além disso, suponho que o tráfego digital tenha disparado. Conclusão: substituímos o Skype pelo simples telefonema.

É um caso que tinha solução pela disponibilidade e também pela atitude da aluna, que havia copiado todo o material e os arquivos do seu estudo antes do fechamento da universidade e do confinamento. Se não o tivesse feito, a pesquisa seria irrealizável. Esse não deixa de ser um caso identificado para o qual se pôde encontrar uma solução fácil. Mas há outros em que isso não seria possível. São desconhecidos e, mesmo que os conheçêssemos, não poderíamos fazer nada.

Retorno então a uma das questões iniciais: o que acontece com a pesquisa? Ou melhor, o que acontecerá com ela?

Novamente vou usar um exemplo pessoal.

Como já disse, neste momento toda a minha atenção se concentra na docência. A pesquisa está posta de lado. Se a situação se prolongar, espero ir tomando as rédeas da modalidade não presencial e, apesar da quantidade e variedade dos alunos (não é necessário dedicar o mesmo tempo a todos), ter algumas horas para... Para o quê?

Iniciei com algumas colegas um projeto de pesquisa que concluímos no ano passado. Neste ano havíamos planejado apresentar resultados em congressos e publicar *papers*. Conseguimos ser selecionados para três congressos. Dos três, já sabemos que dois não serão mais realizados, enquanto o terceiro talvez ainda ocorra.

O que nos leva a outra consideração. Atualmente, são poucos os congressos não presenciais. Talvez essa crise sanitária e social leve a se repensar como organizá-los em modalidades mais sustentáveis, incluindo a não presencial.

Ou seja, deveremos nos concentrar nos *papers*; isso, claro, daqui a algumas — muitas — semanas.

Mas e os outros projetos que dependem dos prazos fixos estabelecidos pelas agências de fomento? Poderemos responder a tempo? As agências serão capazes de adaptar suas exigências às circunstâncias que estamos vivendo?

Por último, a crise anterior implicou um grande corte nos recursos destinados à pesquisa. Acontecerá o mesmo agora? Serão tão ineptos e egoístas a ponto de não se darem conta de que sem a pesquisa colocamos muitas vezes nossa sorte nas mãos do destino?



Como se pode ler no *Júlio César*, de Shakespeare: “Em certos momentos os homens são donos do seu próprio destino. A culpa, meu caro Brutus, não é das estrelas, mas de nós mesmos, que consentimos em ser inferiores”.



Passaram-se vários meses desde que escrevi os parágrafos que precedem este complemento. Os editores da revista, amavelmente, avisam que antes de publicá-los posso atualizá-los. Minha resposta foi o pedido de incluir esta coda, pois atualizar o texto, no meu caso, o dotaria de outro sentido, já que as linhas que você acaba de ler foram escritas poucas semanas depois de iniciado o confinamento em Barcelona. O que posso sim assegurar é que, em linhas gerais, não alteraria muita coisa do exposto à época. Não obstante, gostaria de destacar, de maneira muito esquemática, algumas das questões que abordei e que o tempo demonstrou serem tendências (temo que universais).

Em primeiro lugar, procurar as soluções para a docência (incluindo a pesquisa) no *solucionismo tecnológico*, com o que se aproveita, ao mesmo tempo, para se propor um outro “modelo” de universidade, ou seja: dar-lhe um sentido diferente. De outra parte, como era previsível, as brechas tecnológicas foram postas em evidência, e elas não são sanadas

unicamente com a distribuição de equipamentos (outra forma de *solucionismo tecnológico*), pois geralmente não se leva em conta a situação, o entorno no qual vive a pessoa, seja estudante, docente ou da área administrativa e de serviços. Se a Covid-19 deixou alguma coisa patente, foram as grandes desigualdades sociais (por exemplo, de gênero ou de classe). Paralelamente, estes meses implicaram um aumento da atividade laboral (totalmente desregulada), até extremos de provocar entre os docentes, de maneira generalizada, estresse e mesmo ansiedade, fazendo do voluntarismo a espinha dorsal de nossas atividades.

Enquanto isso, nossas autoridades docentes têm insistido no intento de nos fazer crer que vivemos uma normalidade um tanto alterada – mas só isso, sem reconhecer a crise na qual estamos imersos, com tal falta de empatia que faz com que docentes e alunos se sintam sozinhos e desorientados. Em poucas semanas começa um novo semestre: novamente essa aparência de normalidade na qual alunos não se matriculem e se observe uma impressionante falta de protocolos claros e rigorosos para a prevenção de contágios. Perdemos uma grande oportunidade: a do diálogo, do pacto entre as partes que conformam a universidade, partindo do princípio de reconhecer a crise que vivemos e buscando soluções compartilhadas que dessem resposta às dificuldades materiais e emocionais que temos vivido e seguiremos vivendo.

Por último, porque já me estendo em demasia, observe com preocupação que a *infodemia* parece ter-se estendido também às publicações científicas: proliferam de maneira um tanto gratuita os estudos dos efeitos da pandemia — no meu caso, no campo da Comunicação, estudos que pouco aportam, escritos com demasiada precipitação e com pouco sossego, distância e reflexão.

Notas

- 1 **Nota do Editor.** Artigo escrito especialmente para o *Informativo Adusp* e publicado originalmente em 24/3/2020. A nosso pedido, o professor Terrón Blanco atualizou o texto para a presente edição.
- 2 Professor da Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB)